

# Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 11

PORTAL R7 - NACIONAL - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo reajusta salário-família em 2023; saiba se tem direito a receber ..... 2

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio Reclusão: o que é e por que se fala tanto dele ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Litígio Zero não ataca as causas da litigiosidade tributária - CECILIA MACHADO ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote fiscal é "positivo", mas é preciso avançar, diz Mendonça de Barros ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo reduz créditos de contribuições sociais ..... 13

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA  
ANFIP

Isentos seriam 30 milhões com correção integral da tabela do IR ..... 14

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributária, a "reforma das reformas" ..... 16

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Simone Tebet: Plano terá ainda reforma tributária e regra fiscal ..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma trabalhista não será revogada, diz Alckmin a empresários ..... 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil tem o 13º maior IR de empresas ..... 20

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro teve 1.108 sigilos de 100 anos ..... 22

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação deve fechar 2023 em 5,39%, projeta o Bacen ..... 23

# Governo reajusta salário-família em 2023; saiba se tem direito a receber

**O que é que eu faço Sophia**

/  
**Sophia Camargo, do R7**

Os pais que têm direito ao salário-família receberão um novo valor a partir de 2023. O valor foi definido pela portaria interministerial nº 26, publicada na terça-feira (10). A portaria também oficializou o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), cujo teto agora passa a ser de R\$ 7.507,49 para aposentados e pensionistas.

Segundo a portaria, a partir de 1º de janeiro de 2023, o valor da cota do salário-família por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade é de R\$ 59,82 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 1.754,18. Em 2022, o valor era de R\$ 56,47 para quem tinha renda bruta igual ou inferior a R\$ 1.655,98.

A invalidez se caracteriza pela deficiência física ou mental que impossibilite o filho para o trabalho e o mantenha na condição de dependente dos pais.

Caso o pai e a mãe tenham remuneração inferior a R\$ 1.754,18, ambos têm direito de receber o valor para cada um dos filhos. Saiba mais sobre o benefício:

O salário-família é um benefício do **INSS** pago ao empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso, de acordo com o número de filhos ou equiparados que possua (enteados ou menores que estejam sob a tutela do trabalhador).

O valor é pago para cada filho menor de 14 anos, exceto no caso dos filhos que tenham algum tipo de deficiência que incapacite para o trabalho. Nesse caso, não há limite de idade, mas essa deficiência precisa ser comprovada por uma perícia feita por um médico do **INSS**.

Aposentados com filhos menores de 14 anos também têm direito ao salário-família. Nesse caso, é preciso que o homem tenha mais de 65 anos e a mulher, mais de 60 anos.

A emenda constitucional nº 103/2019, que instituiu a

reforma da Previdência, estabeleceu um valor único para o pagamento do salário-família.

Antes da emenda, os valores pagos eram diferentes, de acordo com a faixa salarial do beneficiário. A partir de 13/11/2019, todos os segurados passaram a receber um valor único.

Como o valor é reajustado a partir de 1º de janeiro de cada ano com base na evolução do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que fechou 2022 com alta de 5,93% o valor único da cota do salário-família por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade é de R\$ 59,82 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 1.754,18.

Os principais requisitos para receber o salário-família são:

- 1) Ter filho de qualquer condição com menos de 14 anos de idade ou filho com deficiência de qualquer idade
- 2) Receber remuneração abaixo de R\$ 1.655,98 por mês

Além das documentações pessoais, é preciso apresentar:

- caderneta de vacinação ou equivalente dos dependentes de até 6 anos de idade
- comprovação de frequência escolar dos dependentes de 7 a 14 anos de idade

Para renovar o direito ao benefício é necessário apresentar anualmente a carteira de vacinação dos dependentes de até 6 anos de idade, sempre no mês de novembro. Já a frequência escolar deve ser comprovada a cada seis meses, em maio e novembro.

Caso a pessoa exerça mais de uma atividade, considera-se a remuneração mensal o valor total do respectivo salário de contribuição.

Para o aposentado ou qualquer outra pessoa que estiver recebendo recebendo benefício da **Previdência Social**, o valor do salário-família será pago como acréscimo no próprio benefício.

O empregado, inclusive o doméstico, deve requerer o salário-família diretamente ao empregador.

Já o trabalhador avulso deve requerer o benefício ao sindicato ou órgão gestor de mão de obra ao qual está vinculado.

Caso esses trabalhadores estejam recebendo auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade rural, devem realizar o seu requerimento no **INSS**.

Fontes: **INSS** e portaria interministerial MPS/MF nº 26 de 10/01/2023

---

Ainda ficou com alguma dúvida? Envie suas perguntas para a coluna " O que é que eu faço, Sophia? " pelo e-mail [sophiacamargo@r7.com](mailto:sophiacamargo@r7.com) .

## 10) RESOLVA SUAS PENDÊNCIAS FINANCEIRAS

As dívidas podem desestabilizar qualquer orçamento, ainda

mais quando os juros começam a acumular e se transformam em uma despesa enorme.

A dica nesse caso é: renegocie suas pendências financeiras. Esse é o caminho

para uma vida financeira equilibrada!

Mas não basta resolver as dívidas que você já possui, também

é importante evitar novos débitos. Senão, viverá pagando contas com juros e

nunca terá dinheiro sobrando para realizar seus sonhos

Freepik

Saber como administrar o dinheiro é fundamental para ter uma

vida financeira equilibrada . É por meio desse conhecimento que é possível

evitar problemas como inadimplência, acúmulo de dívidas e dificuldade em lidar com imprevistos.

Para ajudar a cuidar melhor do seu dinheiro, a associação de defesa do consumidor Proteste listou dez dicas. São elas:

Freepik

## 1) ANALISE SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA

O primeiro passo para começar a organizar as suas finanças é

analisar a sua situação financeira atual. Comece identificando quais são os

seus ganhos mensais, os gastos, suas dívidas e investimentos, se tiver. É

importante saber se você está no 'vermelho', mas quer sair dessa enrascada, ou

se está no 'verde', mas quer melhorar sua vida financeira

Drazen Zigic/Freepik

## 2) REGISTRE SEUS CUSTOS E GANHOS

Para ter um registro ainda mais preciso, organize e anote tudo em uma

planilha com os ganhos e gastos. Separe esses gastos em categorias: gastos fixos, essenciais e variáveis. Desse modo, é possível entender a importância de cada item e saber exatamente quanto está gastando em cada categoria, se está gastando mais do que ganha. Além disso, é uma forma de saber

para onde seu dinheiro está indo todo mês e identificar quais gastos podem ser

cortados

Snowing/Freepik

## 3) CRIE METAS E OBJETIVOS FINANCEIROS

Para cada situação há a necessidade de criar metas e

objetivos financeiros de curto, médio e longo prazo. Após analisar a sua

situação financeira, defina objetivos que você deseja alcançar, como construir

patrimônio, juntar dinheiro para a aposentadoria, comprar um imóvel, pagar

dívidas, entre outros. E, para alcançar cada um desses objetivos, crie metas. Por

exemplo, se o objetivo é pagar uma dívida, a meta pode ser renegociar a conta e

pagá-la mensalmente. Se você pretende comprar um imóvel, pode guardar

determinada quantia todo mês até alcançar o valor necessário

Freepik

#### 4) MONITORE SUA EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Com todos os dados registrados, você também tem a oportunidade de monitorar sua evolução financeira. É muito importante ter esse

acompanhamento mensal para que se sinta cada vez mais motivado a cuidar das

finanças e alcançar os seus objetivos

Rawpixel/Freepik

#### 5) MONTE UMA RESERVA DE EMERGÊNCIA

Outra dica essencial para ficar livre de problemas

financeiros é montar uma reserva de emergência. Desemprego, crise financeira, problemas com o carro, enfermidades e até emergências com animaizinhos de estimação podem ocorrer a qualquer momento. Não ter um dinheiro reservado para ajudar a resolver esses problemas pode causar um rombo no orçamento, porque a saída normalmente é entrar em dívidas com juros altos, como cheque especial ou cartão de crédito

Freepik

#### 6) EVITE GASTAR MAIS DO QUE GANHA

Também é importante ter controle na hora de comprar produtos

ou adquirir serviços para que os gastos não ultrapassem os ganhos. Para fazer

isso, coloque como meta gastar apenas o que estiver dentro do seu orçamento

mensal, sem se esquecer de reservar uma parcela para compor a sua reserva

financeira, investir e também guardar para seus objetivos

Freepik

#### 7) PREFIRA PAGAR À VISTA E EVITE CARTÃO DE CRÉDITO

Outra forma de não ter gastos acima dos ganhos é evitar as

contas parceladas no cartão de crédito e dar preferência para as compras à

vista. Assim você tem maior controle do quanto pode gastar no mês.

Embora o cartão de crédito tenha as suas vantagens, como

adquirir produtos mais caros por meio de parcelas que cabem no orçamento

mensal, ele pode se tornar um vilão se atrasar os pagamentos ou pagar apenas o mínimo

Freepik

#### 8) PESQUISE E COMPARE PREÇOS

Pesquisar e comparar preços são atitudes que vão ajudar a

economizar dinheiro e a manter o equilíbrio na sua vida financeira. Isso vale

tanto para os produtos ou serviços mais caros, como eletrodomésticos,

eletrônicos, plano de saúde, quanto para itens mais baratos, como produtos de

supermercado, medicamentos, entre outros. Economizar é sempre bom e faz muita

diferença nas finanças

Freepik

#### 9) EVITE COMPRAR POR IMPULSO

Comprar por impulso também pode comprometer o seu orçamento.

Por isso, é importante evitar as compras sem planejamento e organizar todos os

seus gastos, para que nada fuja do seu controle financeiro

Freepik

#### 10) RESOLVA SUAS PENDÊNCIAS FINANCEIRAS

As dívidas podem desestabilizar qualquer orçamento,

ainda

mais quando os juros começam a acumular e se transformam em uma despesa enorme.

A dica nesse caso é: renegocie suas pendências financeiras. Esse é o caminho

para uma vida financeira equilibrada!

Mas não basta resolver as dívidas que você já possui, também

é importante evitar novos débitos. Senão, viverá pagando contas com juros e

nunca terá dinheiro sobrando para realizar seus sonhos

Freepik

Saber como administrar o dinheiro é fundamental para ter uma

vida financeira equilibrada . É por meio desse conhecimento que é possível

evitar problemas como inadimplência, acúmulo de dívidas e dificuldade em lidar com imprevistos.

Para ajudar a cuidar melhor do seu dinheiro, a associação de defesa do consumidor Proteste listou dez dicas. São elas:

Freepik

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Os textos aqui publicados não refletem necessariamente a opinião do Grupo Record .

**Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/governo-reajusta-salario-familia-em-2023-saiba-se-tem-direito-a-receber-17012023>**

# Auxílio Reclusão: o que é e por que se fala tanto dele

Nesta semana, circulou muita desinformação a respeito do Auxílio Reclusão e é preciso ser bem criterioso para separar o que é fato do que é interpretação errônea.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que o limite não é de R\$ 1.754,18 como tem sido veiculado. O fato é que o presidiário precisa comprovar que recebia até R\$ 1.754,18 para ter direito ao benefício.

Como funciona o Auxílio Reclusão?

O benefício foi criado na década de 1960 para uma situação em que o principal provedor de renda de uma família seja preso. O Auxílio Reclusão é dado para os dependentes do presidiário, que não pode movimentar o valor.

Quem pode receber o Auxílio Reclusão?

Na maioria dos casos, quem tem direito ao benefício são os familiares que dependem do preso para ter seu sustento. O(a) cônjuge e os filhos possuem relação familiar próxima e direta com o preso, eles têm dependência econômica presumida, ou seja, não é preciso comprovar para o **INSS**. Eles são a primeira classe.

A segunda classe que pode receber o benefício são os pais do preso. Mas eles precisam comprovar para o **INSS** a dependência econômica do filho encarcerado

A terceira classe que pode receber o auxílio é a dos irmãos do presidiário. Porém, assim como a segunda classe, eles precisam provar a dependência econômica em relação ao presidiário. Eles também precisam ter menos de 21 anos ou ser portador de algum tipo de deficiência grave.

A primeira classe tem prioridade no recebimento do benefício, seguido da segunda classe e, por último, a terceira.

Qual o valor real do Auxílio Reclusão?

Com a Reforma da Previdência, o valor do Auxílio Reclusão passou a ser 1 salário mínimo, no máximo. Mas isso vale para quem entrou com pedido do benefício após 13/11/2019. Antes dessa data, o benefício equivale à quantia que o presidiário

receberia se fosse aposentado por invalidez.

E o aumento do piso previdenciário de 5,93%?

Aqui é preciso esclarecer que o aumento do **INSS** causou o aumento do piso previdenciário, ou seja, o salário de contribuição terá como limite o valor de R\$ 1.754,18.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/auxilio-reclusao-o-que-e-e-por-que-se-fala-tanto-dele,79b63265c19bd6bcc67b0b247d86ff658bxu17mt.html>

# Litígio Zero não ataca as causas da litigiosidade tributária - CECILIA MACHADO

## CECILIA MACHADO

Uma das primeiras medidas econômicas do novo governo foi estabelecer um plano de recuperação fiscal para fazer frente à expressiva expansão de gastos decorrente da PEC da Transição: um ajuste pelo lado da arrecadação, com ênfase no recém-criado "Programa Litígio Zero".

Pelas estatísticas do **Carf** -órgão que aprecia e julga a inconformidade dos contribuintes contra exigências tributárias-, são 93 mil processos e mais de R\$ 1 trilhão em disputa. O governo estima que o programa deva ampliar a arrecadação em R\$ 50 bilhões de forma extraordinária e em R\$ 20 bilhões de forma permanente, o que reduziria o déficit primário em 0,7 ponto percentual (do **PIB**) em 2023.

Em linhas gerais, o programa propõe duas ações. Primeiro, busca trazer mais agilidade à tramitação dos processos estabelecendo o fim do recurso de ofício e o aumento da alçada para acesso ao **Carf**. Em conjunto, essas medidas devem reduzir o tempo do litígio e permitir que o **Carf** direcione esforços para os casos maiores e são largamente acertadas.

Os recursos de ofício de fato não acrescentam muito valor ao julgamento, já que a decisão continua mantida em 90% dos casos (BID, 2022). Além disso, a grande maioria dos casos (86 mil) concentra pouco mais de 10% do estoque de valores em julgamento no **Carf**, enquanto apenas 162 casos concentram quase 50% deles (dados gerenciais do **Carf**, 12/2022).

Em segundo lugar, o programa busca aumentar a arrecadação tanto através dos incentivos à regularização das empresas (com desconto de 100% das multas devidas) quanto através da renegociação das dívidas, com descontos sobre o valor total do débito (incluindo **tributos**, juros e mora) para pessoas físicas, micro e pequenas empresas e descontos sobre juros e mora para pessoas jurídicas em processos de maior valor.

Colocado nesses termos, o Programa Litígio Zero se assemelha a um Refis, já que ele dá algum benefício ao contribuinte em litígio com a União. E é aqui que o

novo programa falha em seu desenho. Conceder benefícios aos contribuintes que entram em acordo e renegociam as suas dívidas com a União estimula o próprio litígio: quem contesta um tributo ganha tempo e ainda recebe desconto.

Dito de outra forma, é esperado que os contribuintes passem a fazer uso estratégico do contencioso fiscal ao longo do tempo. Se, de um lado, a arrecadação pode aumentar com a renegociação das dívidas e com o fim dos litígios existentes no presente, de outro, ela pode cair quando outros contribuintes passarem a questionar o pagamento de seus **impostos**, à espera da reedição de um novo programa como esse no futuro.

Estudo sobre os Refis conduzido pela **Receita Federal** em 2017 corrobora essa visão, mostrando que poucos optantes pelos regimes de parcelamento especial são capazes de quitar suas dívidas e que muitos rolam suas dívidas em novos Refis. Além disso, estudo do BID de 2022 documenta que o comportamento dos contribuintes responde aos incentivos econômicos, financeiros e negociais do processo tributário, aumentando, por essa via, o contencioso fiscal.

Por fim, os critérios de elegibilidade aos descontos na renegociação das dívidas de pessoas jurídicas de maior porte -apenas créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação qualificam para o programa- levantam o questionamento se descontos devem ser dados às empresas que se enquadram nessa categoria, como as que estão em recuperação judicial. Se o perfil do crédito está relacionado à produtividade da empresa, faria sentido amplificar as distorções do processo tributário para facilitar a renegociação das dívidas tributárias das empresas menos produtivas apenas para maximizar a arrecadação da União?

As causas da excessiva litigiosidade tributária brasileira são conhecidas. Elas envolvem a alta complexidade da legislação fiscal, com regimes especiais e mudanças frequentes nas regras e alíquotas, algo que apenas uma ampla **reforma tributária** será capaz de resolver.

Conceder benefícios aos contribuintes na

renegociação de suas dívidas, conforme estabelecido pelo novo programa do governo, ataca apenas os sintomas -e não as causas- da excessiva judicialização das dívidas tributárias. O "Litígio Zero" tem impactos fiscais pouco claros e pode, ao contrário do que se deseja, estimular ainda mais a disputa entre contribuintes e União.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50159>**



# Pacote fiscal é "positivo", mas é preciso avançar, diz Mendonça de Barros

**Alex Ribeiro De São Paulo**

O economista José Roberto Mendonça de Barros afirma que o pacote fiscal anunciado pela equipe econômica é "positivo, bem-vindo e saudável". Mas representa o primeiro passo. Será preciso avançar no corte de gastos, e não apenas no aumento de receitas. Também é necessário apresentar uma regra que sirva como a nova âncora fiscal do país, além de encaminhar a proposta de **reforma tributária**.

"Os ministros da Fazenda [Fernando Haddad] e do Planejamento [Simone Tebet] assumiram explicitamente a ideia, que é muito bem-vinda, de que vão tentar manter o déficit [primário] entre 0,5% e 1% do **PIB**", afirma Mendonça de Barros, sócio da consultoria MB Associados e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo FHC. "Se tivesse saído, na partida, sem a PEC da Transição com aquela ambição, não teria tido esse estresse todo." Ele diz, em entrevista ao Valor, que o governo Lula começa com uma verdadeira "herança maldita": uma **inflação** maior que 9% no bolso de grande parte da população, bem acima do índice oficial, de 5,8% de 2022.0 índice cheio ficou menor devido aos cortes de **impostos**, que, no entanto, não beneficiam quem não anda de carro e paga a tarifa social de energia elétrica.

"Essa herança é complicada", sustenta, e "aumenta o risco de uma dificuldade entre a área da Fazenda e o Banco Central". Segundo ele, cria dificuldades para tomar medidas de equacionamento fiscal, como o fim da isenção de **impostos** federais sobre a gasolina. De outro lado, deixa o Banco Central sob pressão.

Para Mendonça de Barros, o governo Lula deverá enfrentar um cenário econômico muito complicado no curto prazo, com a desaceleração da economia mundial e uma provável queda dos preços de commodities. Mas ele vê oportunidades, graças a duas grandes tendências. Uma delas é a realocação de fábricas da China para outras partes do mundo, um reflexo das tensões geopolíticas com os Estados Unidos. A outra é a descarbonização da economia mundial.

"Não vai ser fácil", afirma. "Se começar a querer trazer cadáveres da política industrial, do tipo construir refinaria, programa naval, fábrica de chips, aí eu acho que fica realmente complicado." Mendonça de Barros

conversou com o Valor duas vezes, uma antes e outra depois do anúncio do pacote fiscal do governo. Abaixo, os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual é sua avaliação dos primeiros dias do governo Lula?

Jose Roberto Mendonça de Barros: O governo Lula enfrenta um desafio enorme, pela situação econômica internacional e pela herança recebida do governo anterior. Eu trabalhei no governo Fernando Henrique Cardoso, que deixou uma herança bendita, que foi taxada injustamente de maldita. Não era, foi uma herança bendita, inclusive pela civilidade da transição. Acredito que, agora, o governo deve estar vendo o que é uma herança, de verdade, complicada.

Valor: Como o sr. está vendo o ambiente internacional?

Mendonça de Barros: É o cenário mais complicado das últimas décadas. Temos uma desaceleração forte do crescimento global. É uma rara combinação de choques não econômicos com choques econômicos, igualmente significativos. Cronologicamente, começou com a covid, um choque de oferta enorme no auge da globalização. Foi uma pressão inflacionária sancionada no mundo ocidental, inclusive no Brasil, com uma expansão fiscal e creditícia sem precedentes. Essa resposta ocorreu por razões compreensíveis, mas produziu um choque de demanda. Veio a **inflação**, não tem como escapar.

Valor: Isso ainda reverbera em 2023?

Mendonça de Barros: Sim, reverbera. Os bancos centrais demoraram a responder. O Brasil foi primeiro, mas depois de ficar muito tempo atrás da curva. O banco central americano ficou um ano atrás da curva. Só agora, nos últimos seis ou oito meses, é que a taxa de juros começou a ser alta o suficiente para derrubar a demanda e para trazer a **inflação** para baixo. Não acabou isso. A discussão de conjuntura é sobre até onde vai o Fed, se na reunião de fevereiro sobe 0,25 ponto percentual ou 0,5 ponto. Nós, na MB Associados, achamos que vai a 5% ou 5,25% ao ano, pelo menos. Tem chão para andar.

Valor: No passado, os ciclos de aperto monetário nos pegavam na taxa de câmbio. Qual vai ser o canal que

vai nos atingir?

Mendonça de Barros: Foi num momento diferente para nós. É sempre interessante comparar com a Argentina. Há dez anos, nos descolamos da Argentina porque temos reservas internacionais muito grandes. Na Argentina, até hoje, o dólar é da mão para a boca. Dá um choque no exterior, a **inflação** explode. Aqui no Brasil, não mais. O aumento de preços de commodities pegou o Brasil numa situação muito positiva para aumentar exportações. Isso foi percebido de forma muito forte no ano passado, na medida em que o **PIB** foi sistematicamente maior do que se projetava inicialmente.

Valor: Essa tendência se mantém neste ano que está começando?

Mendonça de Barros: Nosso cenário é que, depois que passar março, o fim do inverno no hemisfério Norte, os preços de commodities vão cair. A demanda finalmente começa a cair no mundo inteiro, com o efeito da taxa de juros nos Estados Unidos e na Europa. A China não tem **inflação** como problema, mas tem o desastre da covid. Tem projeções de **PIB** global menores de 3%, o que é muito baixo. A absorção vai ser menor, e os preços de commodities tendem a cair. Será a partir de março, primeiro, pela [redução da] demanda sazonal de petróleo, embora a temperatura esteja mais alta do que o usual. Nos alimentos, o equilíbrio entre oferta e demanda depende da safra da América Latina.

Valor: Porque essa dependência?

Mendonça de Barros: Temos o segundo choque não econômico em 2022: o mundo viveu o ano mais quente da história. O calor foi tão grande que quebrou um pouco da safra no hemisfério Norte. E, na Ucrânia, tem a guerra, que é o terceiro choque não econômico. Não foi ruim a safra, mas faz com que o estoque na virada do ano passado para este ano seja relativamente baixo. Do que depende do plantio no Brasil, não vai ter problema, porque plantou-se para colher uma safra recorde. Entretanto, é mais um ano de La Nina, que provoca uma primavera chuvosa. Chove bem no Norte e Nordeste, mas falta chuva no Rio Grande do Sul. Na Argentina, o clima está um desastre, já perderam um pedaço da safra, especialmente trigo. A safra do Brasil vai ser muito boa, mas pode ter um pouco de quebra, como teve ano passado. Então, neste ano vamos deixar de ter esse grande empuxo de renda. Nos dois últimos anos, se recolheu muito imposto por causa das commodities mais caras.

Valor: Como as coisas evoluem no médio e longo prazos?

Mendonça de Barros: Há uma disputa geopolítica entre China e Estados Unidos, com muitas consequências, e uma delas é o uso da política comercial como arma. Estou falando de chips, da proibição de exportações diretas e indiretas de empresas americanas. Temos a covid na China. Está levando empresas que não dependem do mercado chinês ao chamado reshoring. Uma parte da produção vai para o sul da Ásia, uma parte para o México, para a própria Europa Oriental. Temos que ficar de olho, especialmente a indústria brasileira. E a outra coisa é a transição energética, que corre em paralelo. A transição energética vive um momento paradoxal. A Europa e boa parte dos países do mundo voltaram para trás na energia, porque estão usando o carvão, estão usando o que têm na mão. Mas está levando a ter mais certeza ainda de que tem que avançar na transição energética. Isso nos coloca numa boa posição, se soubermos aproveitar.

Valor: E como fica a economia doméstica?

Mendonça de Barros: A atividade está diminuindo, no último trimestre do ano passado vai ter uma atividade muito mais fraca do que os trimestres anteriores. O **PIB** de 2022 vai ser de 3%. Mas, se você olha para este ano, todo mundo trabalha com algo entre 0,5% e 1%. Nós temos 0,8%. Essas fontes de crescimento do passado estarão enfraquecidas, ou com um sinal ao contrário. O juro está muito alto, em 13,75%, e a injeção de renda vinda do exterior vai ser mais baixa. A demanda está começando a cair, a inadimplência está subindo. O setor de serviços, que foi o puxador da atividade, está começando a derrapar. A gente entra neste ano com o **PIB** em desaceleração, mas com a **inflação** preocupante.

Valor: A **inflação** pode complicar a vida do novo governo?

Mendonça de Barros: Essa é uma herança verdadeiramente maldita. Quando você olha a **inflação** cheia, ficou em 5,8% em 2022, mas a média dos núcleos de **inflação** está acima de 9%. Há dois grandes grupos de preços. Tem aqueles que receberam reduções de **impostos**. Para quem não teve incentivo tributário, a alta [de preços] é muito maior. A **inflação** de verdade, para quem não tem carro e paga a tarifa social de energia, está em 9%. É por isso, também, que a miséria aumenta. Essa herança é complicada. O ministro da Fazenda queria não renovar a isenções sobre combustíveis [a partir de 1- de janeiro], e a área política queria renovar, para evitar um choque de preço logo na chegada. A isenção tributária custa R\$ 50 bilhões por ano. Correto estava o Ministério da Fazenda, que queria que voltasse logo a tributação.

Valor: Essa solução, tecnicamente correta, seria politicamente possível, com grupos radicais mobilizados nas ruas?

Mendonça de Barros: Reconheço que aumentar o preço do diesel na partida seria complicado, mas não da gasolina. A isenção à gasolina é um subsídio à classe média, prejudica o etanol, é anti-ambiental, além de responder por grande parte da arrecadação perdida. Dá para entender qual é a demanda do ponto de vista político, mas foi um erro. Daqui dois meses, quando for mexer com a tributação da gasolina, não sei se terá o mesmo problema ou não. Aqui, a **inflação** complica as coisas. A pior coisa dessa herança, na **inflação**, é essa assimetria que foi construída de forma totalmente artificial e populista. Isso aumenta o risco de uma dificuldade entre a área da Fazenda e o Banco Central.

Valor: O que o sr. achou das medidas fiscais anunciadas pela equipe econômica?

Mendonça de Barros: A PEC de Transição, que leva a um déficit primário superior a 2% do **PIB** e forte crescimento da relação dí-vida/**PIB**, seria desestabilizadora. Os ministros da Fazenda e do Planejamento assumiram explicitamente a ideia, que é muito bem-vinda, de que vão tentar manter o déficit [primário] entre 0,5% e 1% do **PIB**. Por que isso é razoável? Todos os analistas, desde o ano passado, já achavam razoável um número entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões. Esse era o waiver, a licença para gastar, que daria alguma coisa entre 0,7% e 1% do **PIB**. Se tivesse saído, na partida, sem a PEC da Transição com aquela ambição, não teria tido esse estresse todo. Mas, então, é positivo, bem-vindo, saudável, mas é parcial.

Valor: Porquê?

Mendonça de Barros: Porque o que dá para botar alguma segurança são quatro itens ligados à arrecadação. O primeiro, o PIS Pasep, que tem autorização legal para legitimamente creditar como receita do governo. Isso dá uns R\$ 23 bilhões. E depois, a expectativa de voltar o tributo da gasolina, que na estimativa colocada dá perto de R\$ 29 bilhões. Isso já devia estar lá, mas foi postergado, por razões políticas. Se vier a partir de março, antes tarde do que nunca. Também é dinheiro mesmo a proposta relacionada à decisão do Supremo de não poder utilizar os créditos de ICMS na compra de insumos que é dinheiro mesmo. A estimativa é de R\$ 30 bilhões, vamos admitir que está correto, os cálculos foram feitos pela **Receita Federal**. Tem uma reestimativa de receita no Orçamento, que todo mundo imaginava que poderia ocorrer, porque a **inflação** será um pouco

maior do que se imaginava inicialmente. Isso dá alguma coisa perto de R\$ 20 bilhões, R\$ 30 bilhões. Somando tudo, essa parte traz mesmo algo pelo menos como R\$ 80 bilhões, R\$ 90 bilhões, de arrecadação. É suficiente para trazer o déficit para baixo. Talvez seja um pouco maior do que 1% do **PIB**, mas já é um bom começo.

Valor: O que mais falta fazer?

Mendonça de Barros: Três coisas, que também estão explícitas nas falas dos ministros. Primeiro, revisão de despesas. A gente tem uma tradição de ser um pouco desconfiado de revisões de despesas porque, no passado, muitas vezes se prometeu e não aconteceu nada. Mas tudo indica que podem sair coisas, como a revisão do Cadastro Único. Houve tantas facilidades nesse período recente que tem mesmo como entregar alguma coisa de despesa. O segundo ponto complementar, até as pedras sabem, é a nova regra fiscal. Digamos, até abril tem que ter uma discussão, tem que mostrar qual é essa regra fiscal, que seja tecnicamente bem arrumada e crível. O terceiro ponto é a **reforma tributária**, do IVA especialmente. Isso sim, se isso fosse adiante, esse é um passo significativo na direção correta.

Valor: O ministro Haddad disse que o plano fiscal dele é uma carta para o BC. Já teria começado a tensão entre o BC e a Fazenda?

Mendonça de Barros: Está presente. As duas entidades têm o mesmo objetivo, mas vão ter que desenvolver uma forma de trabalhar de forma complementar. É a primeira vez que um novo governo eleito é instalado com o Banco Central independente por lei. Daí essa imagem das cartas, de um lado e do outro. Entendo isso como um aprendizado de convivência, numa situação institucional diferente, com uma situação da **inflação** complexa. Por isso que os mercados entenderam, ninguém ficou nervoso.

Valor: A **reforma tributária** seria uma forma de ajudar a reequilibrar as contas públicas?

Mendonça de Barros: Acho que [é importante] não tanto pelo impacto na arrecadação de curto prazo, mas sim na expectativa e na mensagem de médio prazo para a atração de investimentos. Este governo poderá ter uma combinação de duas coisas muito poderosas. Uma é a nova postura perante meio ambiente no Itamaraty. Se combinar isso com uma mensagem de avanço na **reforma tributária**, aí sim dá para dizer que a gente pode ter um aumento significativo dos investimentos. Mas aí tem que somar uma outra coisa que preocupa, além da parte fiscal, pela experiência do passado, que é que é a tal da política industrial. Se começar nesse momento,

simultaneamente, querer trazer cadáveres da política industrial, do tipo construir refinaria, programa naval, fábrica de chips, aí eu acho que fica realmente complicado. Rever o marco do saneamento, rever coisas que nós avançamos.

Valor: Na primeira semana de governo, teve muita dúvida sobre qual vai ser a direção do governo Lula, com declarações conflitantes. Depois, houve uma tentativa de unificar mensagem. Será um governo com uma linha unificada?

Mendonça de Barros: Não vai ter linha unificada. A própria montagem da equipe de governo não vai nessa direção. Você tem muitas pessoas de orientações diferentes. Pior ainda se a tendência de hegemonismo do PT se manifestar. Tem uma oportunidade enorme. Você veja que foi tão ruim o desempenho do governo anterior, em saúde, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, relações exteriores, que isto é uma oportunidade extraordinária. Como me disse um grande operador do mercado financeiro, o mundo está doído para comprar o Brasil. Eles querem comprar o Brasil porque o mundo emergente está todo atrapalhado. Mas, pelo amor de Deus, precisa dar razão para que eles comprem mesmo.

A **inflação** para quem não tem carroepagaa tarifa social de energia é de 9%. Por isso também que a miséria aumenta" Como me disse um operador, o mundo está doído para comprar o Brasil, porque o mundo emergente está atrapalhado"

# Governo reduz créditos de contribuições sociais

**Arthur Rosa e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília**

O governo federal reduziu os valores de créditos de PIS e Cofins dos contribuintes. Por meio de duas novas normas, retirou o ICMS e o IPI do cálculo, uma forma - segundo especialistas - de amenizar as perdas sofridas com a derrota na "tese do século", a exclusão do imposto estadual da base das contribuições sociais. No fim de 2022, uma instrução normativa da **Receita Federal**, a de nº 2.121 /2022, foi comemorada por tributaristas. Ela trazia uma série de novas regras sobre créditos de PIS e Cofins e incluía o ICMS no cálculo. Porém, neste início de ano, o governo Lula revogou o benefício por meio de medida provisória, a nº 1.159/2023. A norma faz parte do pacote fiscal anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Essa é uma discussão que foi aberta com a "tese do século", quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a parcela referente ao ICMS não poderia compor a base de cálculo do PIS e da Cofins. A **Receita Federal** considerou, a partir dali, que a mesma lógica deveria ser aplicada ao cálculo dos créditos e disparou autuações contra empresas. Com a instrução normativa, a Receita havia se alinhado ao posicionamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A norma inclusive cita, no artigo 171, o Parecer PGFN/SEI nº 14.483, de 2021. Por meio da instrução normativa, a **Receita Federal** também alterou o entendimento sobre o IPI para as empresas que adquirem mercadorias nacionais para revenda. Antes, tinham direito a créditos de PIS e Cofins sobre o IPI pago nessas aquisições. Agora, não mais - mesmo no caso de tal imposto não ser recuperável para o comprador.

Havia esperança de que, por meio do pacote fiscal, o governo federal fosse também rever esse ponto, diz o consultor tributário Douglas Campanini, da Athros Auditoria e Consultoria. "O que não aconteceu. Desde a edição do PIS e Cofins não cumulativo, todas as regulamentações da **Receita Federal** garantiam a inclusão do IPI", afirma ele, citando a Instrução Normativa RFB nº 1911/2019 (artigo 167, inciso II) e anteriores (IN nº 404/2004 e IN nº 247/2002). Atacadistas, distribuidores e varejistas, diz o advogado Rafael Vega, sócio do Cascione Advogados, são os maiores prejudicados com essa alteração. O tributarista explica que há um racional econômico

nessa mudança, que é a ideia de que, já que a lei não prevê IPI na base de cálculo do PIS e da Cofins, então não poderia haver direito a crédito.

"Mas é um racional novo que está sendo introduzido pela **Receita Federal** e vai aumentar a arrecadação de PIS e Cofins e o custo para as empresas", afirma. Vega estima que, desde a decisão do Supremo, o órgão vem buscando formas de recompor essa arrecadação e uma delas é a redução dos créditos das contribuições sociais. Gabriel Baccarini, associado do mesmo escritório, reforça que a lógica é a mesma para tirar ICMS e IPI da base de créditos de PIS e Cofins. "A decisão do Supremo gerou várias repercussões e o governo tenta rever a conta pela exclusão do crédito", diz. Há, agora, maior complexidade no cálculo dos créditos, segundo Rafael Vega.

Havia, acrescenta, um conceito fechado do crédito, que seria calculado sobre o custo da mercadoria. "Agora o comprador precisa separar na nota a parte que incidiria PIS e Cofins e a que não incide." Vega destaca que essa mudança já teria validade neste mês de janeiro e, como a Receita indica que a instrução normativa é interpretativa, pode tentar aplicar o entendimento a períodos anteriores. No geral, o PIS e Cofins é de 9,25% - e esse seria o impacto para a fatia do IPI, que varia conforme o produto. Gabriela Miziara Jajah, sócia da área tributária do escritório Siqueira Castro, entende que essa alteração pode gerar questionamentos, com base no que dispõe o Decreto-Lei nº 1.598/77, "dado que, em se tratando de custo não recuperável, o IPI integra o valor de aquisição do bem". "É uma alteração significativa e passível de questionamento pelos contribuintes", diz a advogada.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Isentos seriam 30 milhões com correção integral da tabela do IR

**ANDERSON AIRES** [anderson.aires@zerohora.com.br](mailto:anderson.aires@zerohora.com.br)

Uma parcela dos trabalhadores e aposentados brasileiros inicia mais um ano sem isenção do Imposto de Renda (IR) em um cenário com **inflação** acumulada alta e falta de correção da tabela do tributo. Levantamento da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional) aponta que a defasagem acumulada na tabela do IR é de 147,87%.

Esse percentual leva em conta o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **inflação** oficial do país, acumulado de 1996 a dezembro de 2022, considerando os ajustes ocorridos na tabela durante este período. O dado do IPCA de dezembro usado pela entidade tem como base a prévia da **inflação** anual divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Caso essa defasagem fosse corrigida integralmente, a população isenta do IR saltaria de 9,3 milhões para 30 milhões em 2024, segundo a pesquisa da entidade. Isso ocorre porque o teto para isenção sairia dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 4.719,33.

Essa redução de declarantes significaria menos R\$ 239,3 bilhões na arrecadação para o governo federal. Como a tabela do IR que será usada na entrega das declarações deste ano tem como base o exercício de 2022 e não deve ser alterada, esse recorte do levantamento estima o impacto da eventual correção no próximo ano, 2024.

O presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva, afirma que o dinheiro arrecadado indevidamente das pessoas poderia ser usado para aquecer a economia, com consumo corrente, turismo e também no pagamento de dívidas das famílias.

- Isso significa que tem milhões de pessoas que estão pagando imposto e não deveriam pagar. Isso representa dinheiro que está sendo arrecadado indevidamente das famílias, principalmente das de classe média - afirma Silva.

A tabela do IR sofreu ajustes pontuais em alguns anos em um passado recente, mas segue congelada desde 2015. Teve reajustes nos anos de 2002, 2005 e 2006. Entre 2007 e 2014, as alterações foram atreladas à

meta de **inflação**.

Em 2015, houve o último reajuste. Desde então, não houve mais mudança. Mesmo com os ajustes dos últimos anos, a Unafisco Nacional estima que a defasagem acumulada na tabela do IR é de 147,87%.

Compromisso

A correção da tabela foi promessa do então presidente Jair Bolsonaro, que não cumpriu. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também prometeu mudança nesse sentido, citando o aumento da faixa de isenção para R\$ 5 mil. No entanto, o novo governo ainda não sinalizou como e quando pretende fazer essa alteração.

Em entrevista recente ao programa Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, citou o tema. Ele afirmou que a correção da tabela será discutida em algum momento, destacando que é um compromisso de Lula em campanha, mas não pode adiantar detalhes porque estaria interferindo a sintonia com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Variações

COMO É HOJE?

Atualmente, o teto da isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) é de R\$ 1.903,98. Quem recebe acima desse valor precisa acertar as contas com o leão. Por exemplo, pessoas com vencimentos entre R\$ 1.903,99 e R\$ 2.826,65 estão na primeira faixa dos contribuintes, com alíquota de 7,5% na base de cálculo do IR.

COMO FICARIA COM A CORREÇÃO INTEGRAL?

No cenário com aplicação da correção da defasagem de 147,87% para o exercício de 2024 (ano-calendário de 2023), o teto de isenção subiria para R\$ 4.719,33.

A primeira faixa com necessidade de declarar atingiria os trabalhadores e aposentados com salários entre R\$ 4.719,34 e R\$ 7.006,32.

Nesse modelo, o número de isentos aumentaria de 9,3 milhões para 30 milhões. Essa redução de declarantes

significaria menos R\$ 239,3 bilhões na arrecadação para o governo federal.

#### COMO FICARIA COM A CORREÇÃO SOMENTE DO PERÍODO DA GESTÃO DE JAIR BOLSONARO?

A Unafisco estima que a defasagem da tabela do imposto na gestão Bolsonaro ficou em 31,59%. Caso esse valor fosse corrigido hoje, a faixa de isenção seria para pessoas com vencimentos de até R\$ 2.505,42.

A primeira faixa com alíquota atingiria a população com salários entre R\$ 2.505,43 e R\$ 3.719,55.

Nesse modelo, o número de isentos aumentaria de 9,3 milhões para 15,8 milhões. Essa redução de declarantes significaria menos R\$ 82,6 bilhões na arrecadação para o governo federal.

A comparação

Três situações mostram o efeito da falta de correção da tabela do IRPF. Simulações feita para 2024 (ano-calendário de 2023)

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/#page/1>

# Tributária, a "reforma das reformas"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou ontem que a **reforma tributária** é "a reforma das reformas" do governo, e que a discussão sobre o modelo já está madura. Segundo o ex-prefeito de São Paulo, as duas propostas que tramitam no Congresso envolvendo a unificação de **impostos** simplificarão os **tributos**, darão maior transparência e "preparam o terreno" para uma futura reforma nos **impostos** diretos. Na avaliação do ministro, já há grande aceitação para a reforma.

"Está muito amadurecida a discussão. A reforma das reformas é a tributária. O arcabouço fiscal não vai dar tanto trabalho", declarou Haddad a jornalistas em Davos, na Suíça, onde participa do Fórum Econômico Mundial. "Ela não simplesmente simplifica, ela dá transparência, ela faz com que a carga recaia sobre os setores da economia de uma forma um pouco mais justa. Ela prepara o terreno da reforma seguinte, que envolve os nossos **impostos** diretos, para então buscar menos regressividade dentro do sistema. Então, a reforma tem muitos méritos", completou.

Ainda segundo o ministro, as propostas em tramitação no Congresso estão sendo discutidas há mais de seis anos, e já existe aceitação por parte de diversos setores, "da parte inclusive dos secretários de Fazenda dos estados". "[Há] Uma percepção de que essa reforma está no caminho certo. É diferente de você teimar numa tese que não entusiasma", disse.

"Reforma errada"

Haddad também foi questionado pelos jornalistas sobre as reformas tributárias que os governos anteriores tentaram aprovar. O tema é discutido há pelo menos duas décadas no Brasil. "O fato é que se apostou na reforma errada. Não adianta falar "ah, vou fazer a minha **reforma tributária**", que era a CPMF, colocou lá o secretário da **Receita Federal** que é obcecado com a coisa da CPMF. A CPMF estava morta e sepultada. Então, você insistir em uma tese que não vai dar em lei, vai ficar quatro, 10 anos falando", declarou o ministro, citando a reforma que o governo de Jair Bolsonaro (PL) sinalizou, levando à queda do secretário da **Receita Federal**, Marcos Cintra, após repercussão negativa sobre possível volta do imposto.

Segundo o chefe da pasta da Fazenda, a **reforma tributária** que o governo Lula deve fazer - que envolve a unificação de **impostos** - é "inconfortável", mas não é a "bala de prata" da economia." (Victor Correia, do

Correio Braziliense)

Para Haddad, propostas que estão no Congresso dão maior transparência para a reforma nos **impostos** diretos

Ministro acredita que reforma terá grande aceitação

Alckmin: "reforma central"

Em reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin (PSB), declarou ontem que a **reforma tributária** "é central" e deve ser realizada no primeiro ano de governo. Aos representantes da indústria, Alckmin também prometeu uma desburocratização da economia, maior competitividade e investimento em educação.

Durante sua fala aos diretores da Fiesp, Alckmin disse avaliar como positivo o cenário internacional nas últimas semanas, com a covid-19 retrocedendo na China e uma **inflação** mais moderada nos Estados Unidos.

Ele citou ainda que o governo conseguiu manter a redução de 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma demanda do setor, que poderia ser revogada.

"A próxima meta é acabar com o IPI, e acabar com o IPI é a **reforma tributária**. Tudo o que é PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que demanda mudança constitucional, três quintos [dos votos], duas votações, tem que ser rápido. Tem que fazer no primeiro ano, aproveitar o embalo, a legitimidade do processo eleitoral, e avançar o máximo", declarou Alckmin na reunião.

"Já tem duas PECs bastante discutidas, bastante maduras, que podem ser aprimoradas.

Mas eu diria que a **reforma tributária** é central.

Ela pode fazer o **PIB** (Produto Interno Bruto) crescer, ela pode trazer eficiência econômica, simplificando a questão tributária", completou.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/01/tributaria-a-reforma-das-reformas.html>



# Simone Tebet: Plano terá ainda reforma tributária e regra fiscal

## Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, diz que o plano de ajuste de fiscal anunciado na semana passada é a cara de onde o governo Lula quer chegar para reverter o rombo das contas públicas. Ao Estadão, Tebet admite que o plano é insuficiente e que mais alguns terão de ser anunciados. Ela explica, porém, que as primeiras medidas fazem parte de um combo junto com a criação de uma nova regra fiscal e a aprovação da **reforma tributária**.

É o ano de votar a **reforma tributária**. Ou é agora ou é nunca, diz ela, que antecipa que trabalhará nas horas vagas e depois do expediente no Congresso para aprovar a reforma junto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a quem chama de ministro-chefe da equipe econômica.

Tebet diz que um rombo de 2% do **PIB** nas contas públicas é inconcebível e que o grande recado do início do governo Lula foi mostrar a preocupação em reverter esse quadro. Ela diz que a prioridade é reconstruir o planejamento e o Orçamento no médio prazo. A seguir, trechos da entrevista.

A sra. falou que é preciso gastar bem com o pouco que se tem. Como fazer isso?

Esse é o maior desafio. O Brasil gasta muito e gasta mal. E, por isso, a gente tem hoje um elefante lento e pesado. A gente vai ter que ter agilidade, eficiência e eficácia. O cobertor, que já era curto, ficou mais curto ainda com a pandemia e a má condução dela, o que aumentou o número de pessoas que precisam do Orçamento. O primeiro passo é reconstruir o planejamento e o Orçamento sob novas bases. Pensar o Orçamento não só como algo anual, deixar essa visão curta de sempre alocar recursos de acordo com emergência e necessidade para uma visão um pouco mais ampla.

Qual será o papel da secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas?

É a cereja do bolo do ministério: a revisão periódica do que está dando certo, de rever gastos. Nós estamos entrando em rota de colisão. É um plano de voo com aeronaves de tamanhos distintos e de modelos

distintos. Não podem ser tratados de forma igual. Cada ministério tem sua prioridade. Ou você tem áreas com mais recursos e outras descobertas ou você tem rota de colisão. Então, tudo isso passa pelo spending review, revisão de gastos.

Não teme comprar briga com a Esplanada inteira?

Não. A minha surpresa é encontrar no ministro Haddad um parceiro para essa questão. Na nossa primeira reunião, a primeira coisa que ele fez foi elogiar o fato de que o ministério tem essa secretaria de avaliação. Ele fez altos elogios a Sérgio Firpo, que a gente convidou como professor do Insper, uma pessoa experiente que vem trabalhando nisso há anos, ajudando inclusive o Tribunal de Contas da União. E ele mesmo fez algumas sugestões, que eu não posso adiantar. É num momento de crise que a gente tem a oportunidade de fazer o que precisa ser feito. É insustentável um déficit de mais de 2% do **PIB** - palavras do próprio ministro Haddad que convergem comigo. Nós temos um juro impraticável de 13,75% ao ano que impede o Brasil de crescer. Não gera emprego nem renda, palavras do Haddad. Diante do diagnóstico ser o mesmo - e também de, já num primeiro momento, a mesma saída, que é o spending review -, o que vai incluir primeiro ou segundo é uma questão que nós vamos estar discutindo no tempo certo. Agora, eu ouvi também dele algo que eu venho falando há muito tempo, que é a questão dos gastos tributários. Desde a época em que estou como senadora a gente tem tratado disso. Não tem como não rever os gastos tributários, à exceção daquilo que vem de ordem e de determinação da agenda política do presidente. Ele fala em não incluir Zona Franca de Manaus, algumas coisas.

Mas aí o espaço para corte fica pequeno

Eu concordo que há essa dificuldade. Só o Simples ocupa 25% dos gastos tributários. Mas ela não vem sozinha. Você vem com uma **reforma tributária** aí que, inclusive, vai abarcar a questão que vinha nesse primeiro programa de reestruturação fiscal e não veio: a questão do IPI. Quando a gente fala que temos de rever gastos dentro desse planejamento global é: o que gastar, como gastar e o que cortar. Nós temos um limite que é uma agenda política do presidente Lula, um compromisso de programa que tem que caber. Então, dentro dessa estrutura toda e dentro desses

limites, nós vamos fazer o que é possível. Mas, repito: a decisão política não é do ministério. O principal foco do ministério é em relação às despesas, por mais que a gente também avalie receitas. Mas, o Ministério da Fazenda tem esse propósito. Aí, quando a gente fala do Ministério do Planejamento e Orçamento neste ano de 2023, além do Plano Plurianual (PPA), que vai ser uma grande missão, nós temos de falar que é o ano de votar a **reforma tributária**. Ou é agora ou é nunca. Isso se arrasta há 30 anos, por tempo demais. Nós temos uma reforma bem avançada no Senado. Se eu puder trabalhar nas horas vagas e depois do expediente, para aprovar **reforma tributária**, eu vou fazer.

Não teme fogo amigo?

Por enquanto, não tenho o que reclamar. O ministério do Planejamento está em todos os órgãos. Nesses novos decretos e portarias que estão vindo, o Planejamento vai estar em todas as áreas estratégicas dos outros ministérios econômicos. Por enquanto, se tiver fogo amigo, não estou sabendo.

Sobre a revisão de contratos para cortar despesas, investidores avaliam que a portaria é abrangente e pode deixar margem para decisões unilaterais.

Não, tanto que a gente colocou nos termos da lei. Você tem a lei de licitação e contratos que impede, você tem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Você vai entrar em negociação quando achar que tem sobrepreço, superfaturamento? Nós estamos falando basicamente dos contratos de custeio, os corriqueiros. Tem algum indício de ilegalidade, de preços excessivos? É disso que estamos tratando.

Qual será a participação do ministério na definição do novo arcabouço fiscal? A sra. defende uma regra de controle de gastos?

Sim. A sustentabilidade da dívida pública vai depender de três questões para recuperar a confiança. Primeiro: esse programa de reestruturação fiscal não é o primeiro - não é o único. É o primeiro de alguns que poderão vir, se não conseguirmos só com ele zerar o déficit. Segundo: Haddad já sinalizou de mandar ainda nesse primeiro semestre a nova regra fiscal. Terceiro é a **reforma tributária**. É um combo. Repito: o programa de reestruturação foi para dar a cara de onde a nova equipe econômica quer chegar. Esse programa de reestruturação, está muito claro para mim nesse sentido, ele é insuficiente e o ministro da Economia (Fazenda) sabe disso. Ele tem de vir com a **reforma tributária** e nova regra fiscal. É isso que eu espero para esse ano. É nisso que vamos trabalhar e é nisso que temos convergência.

E como deve ficar o reajuste do salário mínimo?

Nós havíamos deixado no Congresso um espaço fiscal de R\$ 6,8 bilhões para o reajuste para R\$ 1320. O que aconteceu é que no final do ano pessoas que estavam na fila do **INSS** foram incorporados. Hoje, há recurso para R\$ 1.302. Se houver uma decisão política do presidente Lula que vai se chegar a R\$ 1.320, que nenhum momento foi dito pela equipe econômica - foi anunciado por outros membros-, óbvio que vai ter de ter remanejamento. Vai ter de se tirar de algum lugar, porque estamos no limite do teto de gastos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/01/17/simone-tebet-plano-tera-ainda-reforma-tributaria-e-regra-fiscal.htm>

# Reforma trabalhista não será revogada, diz Alckmin a empresários

**EDUARDO LAGUNA**

Em encontro ontem com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o governo Lula não vai revogar nem a reforma trabalhista nem a da Previdência. Segundo ele, elas podem ser "aprimoradas", mas não revogadas.

A sinalização vem depois de falas em sentido oposto dos ministros da Previdência, Carlos Lupi, e do Trabalho, Luiz Marinho, assim que tomaram posse.

Convidado para a primeira reunião da entidade no ano, Alckmin também disse que o governo vai trabalhar para acabar com a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como parte do projeto de **reforma tributária**.

Segundo ele, esse foi o motivo que levou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a não incluir a reoneração do imposto na lista de medidas fiscais apresentadas na semana passada. "Tinha a possibilidade de ser cancelada a redução de 35% do IPI, e conseguimos que isso não fosse incorporado. A próxima meta é acabar com IPI, e acabar com IPI é pela **reforma tributária**", disse.

Ao apontar a **reforma tributária**, com a unificação de **tributos** federais em um único imposto sobre valor agregado (o IVA), como o caminho para a eliminação do IPI, Alckmin destacou que as duas propostas de emenda à Constituição que tratam do tema no Congresso convergem para a simplificação de **impostos**.

Questionado sobre eventuais dificuldades em avançar com a pauta no Legislativo, o ministro considerou que há um consenso sobre a necessidade de diminuir a complexidade do sistema tributário.

"Acho que a **reforma tributária** não é nem de governo nem de oposição, é do País. É senso comum que precisamos sair do cipoal tributário, é um verdadeiro manicômio tributário." EXPORTAÇÕES. Na reunião, Alckmin também defendeu um programa de financiamento das exportações, com o objetivo de recuperar espaços nos mercados internacionais

perdidos para a China, ressaltando que o BNDES passou a ser vinculado a seu ministério.

Ele observou que o Brasil perdeu presença no mercado argentino, um dos principais destinos dos produtos manufaturados, porque a China financia importadores do país vizinho.

Alckmin também pediu que os empresários enviem propostas para desburocratização dos negócios - dizendo que esta é outra frente que tem de ser enfrentada.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil tem o 13º maior IR de empresas

São Paulo - A alíquota do Imposto de Renda (IR) sobre o resultado das empresas recuou em quase todo o mundo nas quatro últimas décadas, mas segue estável por mais de 20 anos no Brasil, que tem atualmente a 13ª maior taxa nesse tributo.

Na média mundial, a tributação passou de 40% em 1980 para 23,4% em 2022, segundo dados da Tax Foundation, principal organização fiscal independente sem fins lucrativos dos Estados Unidos.

No Brasil, a alíquota corporativa era de 35% há mais de 40 anos, chegou a cair para 25% no final da década de 1990 e está em 34% desde 2001. O número considera o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL).

Nem todas as companhias pagam esse valor no País. Um estudo do pesquisador Sérgio Gobetti, por exemplo, mostra que, por causa de deduções, planejamento tributário e outras questões, as empresas no Brasil têm uma alíquota efetiva mais próxima de 24%. Ainda que o percentual de 34% não seja efetivo, é ele que baliza decisões de investimentos estrangeiros.

Uma proposta que está em discussão desde o governo passado é a redução da alíquota corporativa, compensada pela volta da tributação de lucros e dividendos.

A tributação de grandes companhias em valores inferiores às alíquotas efetivas também ocorre em outros países, como destacam estudos do Center for American Progress Action Fund e da consultoria Utility Bidder.

A gigante de tecnologia americana Microsoft é apontada como a empresa que mais pagou **impostos** em 2021, em termos nominais, mas com uma alíquota efetiva bem inferior à cobrada na maioria dos países desenvolvidos. "Apesar de pagar US\$ 3,3 bilhões em **impostos**, isso equivale a apenas 9,7% de imposto sobre seus lucros em 2021. Nesse contexto, não parece muito", diz o estudo da Utility Bidder.

Em segundo lugar está o JPMorgan Chase Co, maior banco dos Estados Unidos e o maior do mundo em valor de mercado, com US\$ 2,9 bilhões (R\$ 14,8 bilhões), mas uma alíquota efetiva de apenas 5,9% do lucro. A Amazon aparece em terceiro lugar, com US\$ 2,1 bilhões (R\$ 10,7 bilhões) ou 6,1% dos lucros totais

no mesmo ano.

"No ano passado, os lucros de grandes corporações em todo o mundo subiram a alturas incríveis. No entanto, em relação a esses lucros, muitas empresas estão pagando uma porcentagem muito pequena de **impostos**", diz a consultoria.

O ranking das alíquotas nominais mostra que Comores, um arquipélago vulcânico na costa leste da África, possui a maior taxa corporativa do mundo atualmente, fixada em 50%.

Em seguida, há uma série de países com alíquotas próximas de 35%, como Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Venezuela e Suriname, para citar nações da América Latina.

Países como Bahamas, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Vanuatu, conhecidos paraísos fiscais, têm alíquota zero. De 225 jurisdições pesquisadas, 16 não cobram o tributo.

Embora as taxas de imposto corporativo sejam fixadas em 0% nesses países, as taxas alfandegárias e de importação costumam ser mais altas para compensar a isenção, segundo a consultoria.

Entre as grandes economias europeias, o estudo destaca o Reino Unido, que cortou as alíquotas corporativas de 30% há quase 20 anos para os atuais 19%, inferior à da Suíça (19,7%) e dos Estados Unidos (25,75%).

Acordo global - Em 2021, mais de 130 países assinaram um acordo global sobre a reforma de **impostos** corporativos que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) espera que elimine os paraísos fiscais e ao mesmo tempo arrecade mais US\$ 150 bilhões (mais de R\$ 750 bilhões) por ano das multinacionais. O acordo inclui uma alíquota efetiva mínima de imposto corporativo global de 15%, e novas regras para forçar as multinacionais a declarar lucros e pagar mais aos países onde fazem negócios.

Segundo a Tax Foundation, mudanças na legislação e em políticas de isenção ajudaram a reduzir o impacto negativo do corte de alíquotas em diversos países.

A média mundial e regional das alíquotas máximas de **impostos** corporativos estatutários diminuiu nas últimas quatro décadas, mas se estabilizou nos últimos

anos. Das 225 jurisdições em todo o mundo, apenas seis aumentaram sua alíquota máxima de Imposto de Renda corporativo em 2022, uma tendência que deve se manter estável, pois os países têm tipos de **impostos** mais eficientes para os quais recorrer", diz a instituição. (Eduardo Cucolo/ Folhapress)

Adesão ao Simples termina no dia 31

Micro e Pequenas Empresas (MPes) de todo o País têm até o dia 31 de janeiro para aderir ao Simples Nacional. A solicitação deve ser feita pelo Portal do Simples Nacional.

As empresas que já atuam no mercado que não enviarem o pedido dentro do prazo só poderão entrar no regime tributário simplificado em 2024.

O Simples Nacional foi criado para facilitar o recolhimento de contribuições reduzindo a burocracia e custos para pequenos negócios.

As empresas que optam por esse regime tributário têm uma cobrança simplificada de oito **impostos** (ICMS, IPI, IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ISS E **INSS** patronal), que são feitos por uma guia única mensal, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

"O regime simples de **tributos** é considerado um benefício fiscal, em que o percentual de pagamento de **impostos** gira em torno do valor faturado", justifica a analista do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), Ariane Vilhena.

Podem aderir ao Simples Nacional, empresas com natureza jurídica de sociedade empresária ou simples ou sociedade unipessoal, que têm um faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. As empresas também não poderão ter pendências cadastrais e/ ou fiscais, incluindo débitos com a **Receita Federal**, e nem fazerem parte das vedações previstas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006).

Não havendo impedimento, a adesão será aprovada até o dia 15 de fevereiro. (ASN)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-17-01-2023-2/>

# Bolsonaro teve 1.108 sigilos de 100 anos

Pesquisa inédita avaliou os 1.379 sigilos decretados pelo governo federal entre 2015 e 2022 e descobriu que 80% deles (1.108) foram **impostos** durante o governo Bolsonaro.

A maior quantidade de sigilos de cem anos foi decretada em 2021: foram 342. O número é 11 vezes maior em relação a 2015, quando foram decretados 27. Repassado com exclusividade ao UOL, o levantamento é da ONG Transparência Brasil.

A análise não inclui os sigilos decretados entre maio de 2012 - quando a Lei de Acesso à Informação (LAI) passou a valer - e 2014, porque a Controladoria Geral da União (AGU), ainda sob Bolsonaro, não disponibilizou à ONG os sigilos anteriores a 2015.

O sigilo acontece quando o órgão público invoca um trecho do artigo 31 da LAI, que restringe a divulgação de informações pessoais, sem interesse público. A análise concluiu que: 37% dos sigilos **impostos** desde 2015 são indevidos; esse índice salta para 80% no governo Bolsonaro; e 413 das 513 negativas irregulares foram decretadas em seu governo.

Segundo a diretora de programas da Transparência Brasil, Marina Atoji, o órgão deveria dar acesso às informações públicas e só ocultar os dados pessoais do envolvido. E erra, portanto, ao impor sigilo a todos os dados.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/17-01-2023-edicao24485/>

# Inflação deve fechar 2023 em 5,39%, projeta o Bacen

**LUCIANO NASCIMENTO** Agência Brasil, Brasília

O mercado financeiro aumentou a previsão de **inflação** para este ano. Segundo projeção do boletim Focus, divulgada ontem, em Brasília, pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano em 5,39%.

Há uma semana, o cálculo do mercado era de que a **inflação** este ano ficasse em 5,36%. Há quatro semanas, a previsão era de 5,17%.

O percentual está acima da meta de **inflação** para este ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (pp), para cima ou para baixo. Assim, a meta será considerada formalmente cumprida se oscilar entre 1,75% e 4,75%.

Para alcançar a meta inflacionária, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

A próxima reunião do Copom está marcada para 31 de janeiro e 1º de fevereiro deste ano. Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic seja mantida nos mesmos 13,75% ao ano nessa primeira reunião de 2023.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Para 2024, o mercado manteve a projeção de **inflação** da semana passada: 3,70%.

Há quatro semanas, a previsão era de que o índice fechasse o próximo ano em 3,50%. Já para 2025, a projeção é de que o IPCA - a **inflação** oficial do país - fique em 3,50%.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_C A0181D0942A98F6ADB57495D0EB5491BE51B7F8FF5068 DE187FB20B22BFF38AD4C0516498DC8AFEDC1EC20C0 F87D4CD31B5B798F8D5AFF0A60C9A4A6E151D83CFDD 1853A271F55954B3931B5D9FA44D36F9969341ED2D7203](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_C A0181D0942A98F6ADB57495D0EB5491BE51B7F8FF5068 DE187FB20B22BFF38AD4C0516498DC8AFEDC1EC20C0 F87D4CD31B5B798F8D5AFF0A60C9A4A6E151D83CFDD 1853A271F55954B3931B5D9FA44D36F9969341ED2D7203)

**3A6DE84776E486555C4DEFBBCF4CAE4B2D6A7D78B33**  
**B70C268888BA6DB0CBA52C57**